

“Por ruas e largos desta capital...”

Atos públicos anarquistas na cidade de São Paulo no início do século XX

Clayton Peron Franco de Godoy

Em novembro de 1900, o número inaugural do periódico anarquista *Palestra Social* publicou o manifesto “Proletários de San Paulo, Despertad”. Escrito em espanhol e assinado pelo *Grupo Fermin Salvochea*, em atividade na mesma cidade, versava o manifesto a respeito da profundidade do fosso social entre a opulência da grande burguesia e o estado de embrutecimento e de miséria do proletariado. O manifesto também continha uma convocatória:

(...) “precisamos aumentar o espírito de rebelião entre todos os que sofrem manifestando por ruas e largos desta capital a miséria e a fome que nos consomem pois, em vez de passar por esse transe morramos aos montes, de modo a não vermos padecerem nossas proles” (“Proletários de San Paulo, Despertad”. *Palestra Social*, nº 1, 04/11/1900).

O anarquismo havia aportado em solo paulistano no início da década de 1890, por meio da chegada de militantes italianos. Primeiramente organizado em torno de periódicos, a partir de 1898 o movimento passou também a constituir uma miríade de espaços autônomos, tais como círculos ou centros de estudos sociais, grupos de afinidade, grupos de teatro social e escolas racionalistas.

O apelo contido no manifesto *Grupo Fermin Salvochea* ocorreu em um contexto fortemente refratário à reivindicação popular e à sua ocupação do espaço público e, especificamente, em uma conjuntura política avessa ao movimento anarquista então em vias de consolidação em São Paulo. De fato, os grupos anar-

quistas dedicaram-se mais fortemente às tarefas de organização - inclusive de sindicatos - e de disseminação das ideias anarquistas para as classes populares do que a ações públicas e à ocupação dos espaços urbanos. Contudo, nem aquele contexto, tampouco aquela conjuntura impediram que ativistas anarquistas ocupassem seu espaço político também por meio dessas formas públicas e amplamente visíveis de ação, a despeito da repressão política.

Regra geral, os estudos de referência sobre o período se debruçaram quase que exclusivamente sobre as ações de formação dos espaços autônomos ou sobre o proselitismo anarquista (por exemplo, HARDMAN, 1984; LUIZETTO, 1984; LIMA & VARGAS, 1986; SEIXAS, 1992), com algumas raras exceções (GORDON, 1978; FELICI, 1994; LEAL, 2006). Assim, não deixa de ser interessante deslindar essa dimensão pública tantas vezes negligenciada de atuação do movimento, preenchendo parcialmente essa lacuna na história do anarquismo em São Paulo. Quando mais não seja por dois motivos. Em primeiro lugar, devido ao seu intrínseco valor histórico: as demonstrações públicas deixaram em polvorosa o poder político e o aparato repressivo da época. Em segundo lugar, porque trazê-las à luz permite compreender, a contrapelo, a adoção de estratégias de ação de caráter menos ostensivo e com

menor visibilidade pública naquela quadra histórica.

Tendo isso em vista, o objetivo do artigo é apresentar as formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em atos públicos durante o período compreendido entre os anos de 1892 e 1908, fase de surgimento e consolidação do movimento em São Paulo. Para isso, é necessário preliminarmente compreender o contexto histórico e a conjuntura política anteriormente aludidos.

São Paulo por volta de 1900

Na virada para o século XX, a cidade de São Paulo era cenário de diversas modificações estruturais. A começar pela formação de um setor de trabalho urbano e capitalista dinamizado pelas inversões de capital provenientes da economia agrária cafeeira e pela expansão do setor financeiro na cidade (que entrou em colapso em 1897, reestruturando-se por volta de 1902). Ainda que de maneira incipiente, o período entre 1890 e 1908 assistiu à implantação de unidades produtivas industriais de grande porte, com o emprego de mais de 100 operários por unidade, concentrando-se nos ramos têxtil, ferroviário e de alimentos¹.

1 Podem ser citadas as fundações da Companhia de Fiação de Tecidos Anhaia Fabril (1890), da Companhia Matarazzo (1891), da

Os dados relacionados a essa expansão econômica não devem enganar. Grosso modo, a configuração econômica caracterizou-se pela coexistência entre uma reduzida, embora dinâmica, presença de um setor econômico formal com uma hipertrofia de um setor econômico informal. Essa conformação teve efeitos diretos sobre o mercado de trabalho. O cenário geral, segundo Maria Inez Machado Borges Pinto, era o seguinte:

A grande maioria da população sobrevivia de pequenas atividades informais numa cidade que alternava bairros residenciais, eventualmente comerciais e mesmo industriais com grandes matagais, vales, florestas e áreas rurais onde a ecologia se mantinha intacta favorecendo a sobrevivência através da pesca, da caça, de lenhadores com fácil acesso às matas, com seus recursos naturais, de coleta, sempre à mão para facilitar a sobrevivência dos mal alimentados e dos estruturalmente desempregados (PINTO, 1994, p. 19).

Esse momento agudo de trans-

Companhia Antarctica Paulista (1891), da Fábrica de Cerveja Bavária (1892), da Companhia Vidraria Santa Marina (1895), do Cotonifício Rodolfo Crespi (1897), da The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited (1899), do Moinho Matarazzo (1900), da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet (1906) e da Fábrica Brasileira de Alargatas e Calçados (1908). Em 1901, de acordo com Richard Morse, existiam 108 estabelecimentos industriais de grande porte na cidade de São Paulo. cf. MORSE, 1970, p. 235 e ss.

formação pode também ser capturado observando-se outras dimensões sociais. Demograficamente, assistia-se a um verdadeiro surto. Basta lembrar que, de acordo com dados censitários da virada do século, atualmente sob guarda do IBGE, a população da cidade praticamente quadruplicou em dez anos, passando de 64.934 habitantes em 1890 para 239.820 em 1900. A taxa de crescimento nesse período, mensurada pela taxa geométrica de crescimento anual, ficou em 14%, percentual jamais repetido em toda a história dos levantamentos censitários no município (IBGE, 2013).

O censo de 1890 acusou a presença de 14.303 estrangeiros residentes na cidade, o que correspondia a 22% do total da população. Em 1893, de acordo com o recenseamento municipal, os imigrantes já representariam 54,6% da população; de acordo com esses mesmos dados, 34% da população municipal seria de italianos (HALL, 2004a). Não foram disponibilizados dados relativos aos imigrantes entre 1900 e 1908. De todo modo, pode-se conjecturar que grande parte do crescimento demográfico do município deveu-se à fixação de estrangeiros na cidade, apesar de não se poder definir, para o ano em questão, o seu percentual em relação ao da população total. Os estrangeiros provinham tanto da imigração direta como de movimentos migrató-

rios internos, decorrentes da fuga de colonos das condições de trabalho nas fazendas de café, do encerramento desse tipo de contrato de trabalho ou da crise da produção cafeeira do final da década de 1890 (PINTO, 1994). Segundo Michael Hall, o recenseamento de 1893 apontou que 83% dos trabalhadores empregados na indústria manufatureira, na indústria de transportes ou considerados “artistas” eram de origem estrangeira (HALL, 2004b).

À entrada de estrangeiros correspondia também, em menor escala, a migração interna de elementos da população nacional, provenientes principalmente dos estratos dominantes das fazendas de café e de camadas médias urbanas de cidades do interior do estado. Há que se notar a existência de uma migração interna de trabalhadores nacionais e de ex-escravos, impossível de mensurar (MORSE, 1970; MARTINS, 2004).

A absorção desse contingente populacional em tão pouco tempo no território municipal foi um processo conturbado, tanto do ponto de vista econômico como urbanístico. Em seus extremos, a abertura de novos lotes para uso e ocupação das classes médias e dominantes foi acompanhada da proliferação de cortiços e habitações coletivas para as classes populares. O crescimento de habitações populares deu-se nos bairros situados ao longo das linhas

férreas (Água Branca, Barra Funda, Brás, Bom Retiro, Luz, Lapa e Ipiranga) e nas proximidades de várzeas de rios (Pari, Belenzinho, Penha e Mooca). Os casarios e palacetes reservados às famílias dos fazendeiros de café ocuparam as regiões altas da cidade (Higienópolis, Campos Elíseos e Avenida Paulista). Referindo-se a 1890, Richard Morse sintetizou o padrão de ocupação territorial para todo o período:

A este, a baixada do Brás, com sua Estação do Norte e a Hospedaria de Imigrantes, rapidamente se transformava em um bairro do pequeno comércio e reduto do operariado. A Estação da Luz ao norte era outro centro de atividade, sendo os terrenos aí também ocupados pelas classes mais pobres. O sul e o sudoeste não contavam com o estímulo de uma linha férrea e sua estação terminal, e apenas começavam a sentir a pressão pelo espaço residencial. Mas a noroeste, a zona de chácaras subdivididas de Santa Efigênia e Campos Elíseos, claramente denunciava então a cultura e os interesses urbanos da elite em ascensão – tal como a Praça da República, antigo Largo dos Curros, recentemente embelezada” (MORSE, 1970, p. 355).

O déficit habitacional, a ocupação desordenada do território do município - em grande parte devedora da alta especulação imobiliária que agitou a cidade nesse período – e as condições insalubres das moradias populares estiveram aliados à incapacidade de res-

posta do governo municipal a problemas urbanos como os de saneamento, arruamento, sistema de transportes etc., decorrentes desse crescimento.

À efervescência econômica e territorial correspondeu também um novo processo de estruturação sociopolítica. A cidade estava se tornando industrial e capitalista, mas simultaneamente estava se metamorfoseando na capital de fato do poder sociopolítico – não só regional, mas nacional.

O padrão urbanístico que começou a se instalar serve também como registro para a leitura desse processo de nova hierarquização social e como fonte para retratar o modelo civilizador cujo exemplo era o da burguesia europeia. Tanto do ponto de vista estético como funcional, a afirmação do poder socioeconômico fez-se pela regulamentação política do uso do espaço urbano. Assim, no longo período de governo do Conselheiro Antonio da Silva Prado (1899-1911) foram dados passos decisivos para a organização do espaço na cidade de São Paulo. Foram postas em prática intervenções urbanísticas que se orientavam pela integração da chamada zona do “triângulo histórico” (formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro) com um novo sistema viário, pelo saneamento das várzeas do Carmo e do Anhangabaú e pela especialização espacial de funções no tecido urbano (com consequente

realocação de habitações proletárias em zonas periféricas). Associadas a estas intervenções, foram também postas em prática propostas arquitetônicas monumentais. Tais processos tiveram a finalidade de instituir espaços próprios para a circulação e entretenimento das famílias dos fazendeiros de café (PAULA, 2005; ROLNIK, 1988; MUNHOZ, 1997; QUEIROZ, 2004).

O reverso da moeda foi o aprofundamento de um modelo de segregação espacial das classes populares em relação aos espaços de circulação das classes dominantes. Na cidade de São Paulo, as vilas operárias e as vilas-cidadelas, financiadas pelo poder público ou pelo capital privado, instalaram-se ao longo das vias férreas, em locais próximos ou contíguos às indústrias. Como exemplos, podem ser citadas aquelas que foram instauradas nos bairros do Ipiranga (a Vila Prudente, em 1890, erigida pela Falchi), da Água Branca (a Vila da Fábrica Santa Marina, criada em 1895, que tinha como um dos proprietários o conselheiro Antonio Prado) e da Mooca (a Vila Clark, em 1904, edificada pela Companhia de Calçados Clark) (RAGO, 1984; BLAY, 1985; ROLNIK, 1988). Não tanto a amplitude, mas a própria existência desses mecanismos, é que é indicativa do grau de controle social que se pretendia exercer sobre as classes populares.

Outro aspecto fundamental este-

ve relacionado à esfera das relações de produção. A configuração da unidade fabril e o disciplinamento da força de trabalho assalariada fizeram-se na ausência de qualquer legislação específica que pudesse regular as formas de exercício do controle sobre a mão de obra. Na imprensa operária e anarquista do período, era frequente a denúncia de maus tratos nas fábricas, indústrias e oficinas – violência física e sexual e abuso de autoridade, principalmente contra mulheres e crianças-, perseguição política de lideranças operárias, instituição e cobranças de multas excessivamente rígidas quanto ao processo de trabalho, falta de pagamento nos dias acertados etc.

A nova hierarquia social foi construída também com base nas características étnicas distintivas das classes médias e dominantes em relação às classes populares. Dada a composição demográfica das classes populares, o desprezo aos trabalhos manuais, tão próprio de uma sociedade recém-saída da escravidão, foi associado a uma crescente e reiterada produção de uma imagem negativa a respeito do estrangeiro, principalmente o italiano (MORSE, 1970; MARTINS, 2004). A dupla condição de trabalhador e de estrangeiro da maioria dos integrantes das classes populares em São Paulo esteve na base da batalha simbólica das autoridades e da opinião pública con-

tra as agitações operárias nesse período (MARAM, 1979).

Seja como for, o contingente populacional das classes populares – considerem-se seus elementos nacionais ou estrangeiros - não foi objeto de integração política, cultural ou social por parte de um regime que se estabeleceu às suas expensas. Sua integração à configuração social nascente foi sobretudo como força produtiva. Tampouco foi um contingente seriamente mobilizado por desafiantes políticos que se constituíram nas franjas da mudança do sistema político. Refiro-me àqueles que ou foram destronados no início ou foram defenestrados ao longo do processo de consolidação do regime republicano inaugurado em 1889: republicanos radicais, monarquistas e positivistas, em geral propensos ao nacionalismo e a certo elitismo.

De fato, o regime que sucedeu à monarquia caracterizou-se duplamente como um sistema oligárquico de mediação de interesses representado pela “política dos estados” e como um sistema cooptativo-repressivo expresso no coronelismo. Foram essas duas formas de dominação que demarcaram os padrões de relacionamento político-institucional intraelites e entre essas e os atores excluídos do novo pacto político.

Os conflitos sociais que não encontravam respaldo nos atores políticos institucionalizados estiveram sujeitos

a violenta repressão, atacados como ações de desordem, seja identificados com a restauração monárquica, seja com o extremismo autoritário dos jacobinos florianistas no período civilista ou, ainda, simplesmente classificados como crimes executados por parcelas de desclassificados sociais.

Seguidamente, o governo central declarou estado de sítio frente a situações de confronto político e contra as forças oposicionistas, que foram enfrentadas com o manejo do aparato repressivo e à custa de restrições aos direitos políticos e civis promulgados constitucionalmente sob o novo regime. Estados de sítio sucessivos foram proclamados por Deodoro da Fonseca, em sua tentativa de golpe em novembro de 1891, e por Floriano Peixoto entre setembro de 1893 e agosto de 1894, por ocasião da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Também o primeiro governo civil declarou estados de sítio entre novembro de 1897 e fevereiro de 1898, durante a Guerra de Canudos e após o atentado contra Prudente de Moraes, perpetrado pelo militar Marcellino Bispo, ligado aos jacobinos florianistas. Rodrigues Alves instituiu o estado de sítio na capital federal em novembro de 1904, enfrentando a Revolta da Vacina à base da força do Exército. Todos esses decretos incidiam, entre outras coisas, sobre a liberdade de imprensa e de manifestação pública,

o ingresso de estrangeiros no país e o desterro de desafiantes e oposicionistas (CARONE, 1974; LEAL, 2006; FLORES, 2011). Seus efeitos foram além do escopo limitado a esses episódios ou à localização espacialmente demarcada de sua vigência: serviram fundamentalmente para desbaratar toda a oposição às facções entrincheiradas no governo republicano da ocasião. Nos planos regional e local, as forças de segurança pública e os governos estaduais justificaram por meio deles a repressão às manifestações operárias e a perseguição aos movimentos socialista e anarquista, posto que também eles atentariam contra a ordem republicana.

Os direitos reservados aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, presentes no artigo 72 da Constituição de 1891, celebravam, entre outros, os direitos civis e políticos de livre associação e de livre manifestação, não sem dubiedade². Nos

2 Destaco os seguintes parágrafos: “§ 8º - A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública; § 12 - Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato; § 14 - Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvas as exceções especificadas em lei, nem levado à prisão ou nela detido, se prestar fiança idônea nos casos em que a lei a admitir” Cf. “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891”.

períodos em que não vigorou o estado de sítio, a vigilância e a repressão aos opositores e aos desafiantes do sistema político, ou mesmo a transgressão dos direitos constitucionais, foi justificada com base no legalismo, ou seja, como prática de observância estrita ao que era adequadamente compreendido como “ordem pública”.

A República, proclamada em uma sociedade agrária recém-saída da escravidão, enalteceu o predomínio de facções da burguesia rural cafeeira, agora convertida, em parte, também em empresária do café. A instalação do regime de trabalho livre como forma generalizada de relação de produção, sob uma massa de trabalhadores imigrantes e ex-escravos, foi objeto de regulamentação republicana, indicando que ao controle político se conjunaram formas de controle social. O Código Penal de 1890 praticamente celebrou a obrigatoriedade do trabalho, ao estabelecer prisão celular contra os “vadios” (artigo 399). O mesmo código também criminalizou a greve (artigos 204 ao 206), determinou os usos ilegais “das artes tipográficas” (artigos 383, 384 e 387) e a ocorrência de crimes políticos “contra a segurança interna da República”, como os de conspiração (artigo 115), de ajuntamento ilícito (artigo 119) e de formação de “sociedades secretas” (artigo 382). À exceção dos usos ilegais das “artes tipográficas”, para

os quais estava prevista a aplicação de muitas variáveis, a totalidade dos demais crimes seria punida por “prisão celular” ou por esta acrescida de uma multa³. Estes dispositivos foram contextualmente manobrados pelas autoridades públicas para perseguir e coibir manifestações reivindicativas de variados matizes, principalmente das classes populares nos meios urbanos.

A recomposição das forças de repressão sob o controle dos governos estaduais cumpriu um papel essencial para a concretização da nova ordem republicana e capitalista que então se impunha. No caso específico do estado de São Paulo, sua atuação foi destacada no enfrentamento dos movimentos de contestação social, principalmente aqueles ligados ao mundo do trabalho. Seu processo de organização entre os anos de 1889 e 1901 foi bastante conturbado, apresentando diversas reestruturações: de Força Policial (1892-1896) a Brigada Policial (1897-1901) e finalmente a Força Pública ou Força Policial do Estado (a partir de 1901).

3 Entre os usos ilegais das “artes tipográficas”, a produção de qualquer impresso sem a identificação do nome do responsável, do ano e do endereço do estabelecimento gerava a apreensão de todos os exemplares e uma multa que variava entre 50\$ e 100\$000. A mesma multa era aplicável para os casos de se afixar cartazes e impressos em locais públicos, sem licença prévia emitida por autoridade competente. Cf. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, “que promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil”.

“Por ruas e largos desta capital...”

Isso não impediu que seus efetivos fossem constantemente aumentados até o final do século XIX, passando de 2.267 homens em 1891 para 5.010 em 1899. No início do século XX, esses números sofreram uma ligeira queda, registrando-se 4.819 homens em 1903 e 4.934 em 1907 (FERNANDES, 1977).

Desse quadro geral depreende-se que o padrão repressivo deu o tom do relacionamento com os movimentos sociais que envolveram reivindicações ou contestações relacionadas material ou simbolicamente às classes populares. A intensificação ou o relaxamento da propensão de uso de táticas repressivas constituiu o elemento facilitador ou dificultador para a realização de atos públicos de protesto, ao sabor da conjuntura política.

Repressão estatal e anarquismo

O clima geral da opinião pública a respeito das manifestações das classes populares pode ser ilustrado a partir de uma notícia do jornal *Correio Paulistano*. Esse órgão da grande imprensa, autointitulado “órgão republicano” e atrelado oficialmente ao Partido Republicano Paulista (PRP) desde 1890, chegou a noticiar com ar de amenidade as manifestações do Primeiro de Maio de 1891:

No Centro Operário reuniram-se anteontem muitos operários e realizaram uma sessão solene em que tomaram a palavra diversos membros da classe, lembrando os esforços de seus irmãos do outro continente que fizeram respeitados os direitos da classe, conseguindo dos governos diminuição de horas de serviço e mais outras regalias.

A festa correu muito animada, notando-se muita alegria e ordem em todo o seu decurso.

Entre os oradores notamos os srs. José Rodrigues de Souza representante do centro tipográfico, o dr. Antonio Bento, Francisco Amaro, Arthur Bréves e outros”. (“Festa de Operários”, *Correio Paulistano*, edição nº 10.395, de 03/05/1891).

O local de realização pertencia ao Partido Operário de São Paulo, um dos grupos vinculados ao socialismo de base nacional. Amaro e Bréves, de origem socialista, foram deputados eleitos pela bancada do PRP em 1891. A rememoração das “regalias” dos operários do outro continente foi aceita pela opinião pública, desde que circundada por um ambiente “ordeiro”. A tolerância a esse tipo de manifestação não se resumiu a eventos em espaços fechados; também em espaços abertos a “festa”, por oposição à “reivindicação”, foi amplamente aceita:

Com uma festiva passeata comemorou-se ontem, nesta capital, aquela data escolhida pelos socialistas para a celebração da festa do trabalho.

Os operários reunidos percorreram as ruas da capital, levando à frente uma banda de música (“1º de Maio”, *Correio Paulistano*, edição nº 10.962, 02/05/1893).

Esse posicionamento superficialmente tolerante da opinião pública modificou-se após a desarticulação do socialismo de base nacional e a declaração do estado de sítio em setembro de 1893. A partir desse ano, as referências à presença de ativistas anarquistas estrangeiros na cidade e no estado de São Paulo passaram a ser mais recorrentes e numerosas nas trocas de informações ente as autoridades públicas e policiais, assim como na imprensa diária (LEAL, 2006).

O movimento anarquista veio a lume na esteira da sucessão de um padrão tolerante por um padrão repressivo aos movimentos sociais, característico do período de construção da República. Apesar de generalizada, a postura do Estado repressor adotou um tratamento direcionado para cada um dos desafiantes. O ativismo anarquista foi um alvo específico e delimitado de ações políticas e policiais, às quais não se furtaram também as próprias autoridades policiais e diplomáticas italianas.

Por outro lado, ativistas anarquistas adquiriram visibilidade pública na cidade de São Paulo justamente na época inicial da vaga de atentados e estratégias insurrecionais anarquistas em nível internacional. As autoridades e

os veículos de comunicação cercaram a chegada do anarquismo com a visão decantada dos processos europeus, manejando os estigmas de terror e violência associados ao movimento (LOPREATO, 2003; LEAL, 2010).

O mesmo *Correio Paulistano* articulou essa imagem à do estrangeiro indesejável em uma reportagem em quatro partes intitulada “Imigrantes anarquistas”, lançada entre os dias 1º e 8 de agosto de 1893. A reportagem cobriu a prisão e extradição de nove suspeitos acusados de anarquismo - um austríaco e oito italianos. Os suspeitos teriam desembarcado do vapor Solferino, em Santos, e se instalado na Hospedaria dos Imigrantes em fevereiro de 1893. Com eles, teriam sido apreendidos diversos materiais para a confecção de explosivos e documentos de propaganda. De acordo com o *Correio Paulistano*:

[...] muitos destes perigosos indivíduos, partidários dessa temível seita destruidora, - uns por voto espontâneo, em busca de novos campos de ação, outros por expressa exigência policial, e outros ainda para fugirem à vindicta dos seus camaradas, quando descobertas as suas traições; e ainda neste caso, favorecidos por autoridades, no exercício oficial dos seus cargos, têm buscado penetrar nesta grande e hospitaleira terra que se chama - o Estado de São Paulo, usufruindo as vantagens que os nossos cofres públicos lhes dão, tais como o transporte gratuito

das suas pessoas e bagagens e o seu primeiro estabelecimento na capital, até que lhes apareçam as ambicionadas colocações, para no fim de contas virem aqui implantar a desordem e uma luta fratricida, incompatíveis com a abundância e excelência dos nossos recursos de vida! (“Imigrantes anarquistas - I”. *Correio Paulistano*, edição nº 11.033, de 01/08/1893).

E concluiu:

O lema sinistro, que resume o programa desta seita destruidora se compõe de duas únicas palavras:

- PENSIERO e DYNAMITE.

E a sua explicação foi achada numa das frases simbólicas dos tais documentos escritos:

- IL PENZIERO PER SOLLEVARE I DEBOLI; LA DYNAMITE PER ABATTERE I POTENTI. (“Imigrantes anarquistas - III”. *Correio Paulistano*, edição nº 11.036, de 04/08/1893)⁴.

Foi com essa dupla imagem da “violência” e do “estrangeiro” que os primeiros anarquistas tiveram que lidar⁵. Já no final do período, as defini-

4 O pensamento para sublevar os fracos; a dinamite para derrubar os fortes”.

5 Para uma descrição pormenorizada desse episódio, além da reportagem supracitada, cf. LEAL, 2006 e LEAL, 2010, que agregam aos dados as análises da posição das autoridades policiais. A esse respeito, é instrutiva a caracterização que Theodoro Dias de Carvalho, chefe de polícia do estado, fez dos ativistas anarquistas em seu relatório a respeito das prisões de 1893, encaminhado ao presidente do Estado, Bernardino de Campos, em 10 de julho daquele ano: “O anarquismo, insuflado em espíritos fracos, em carac-

ções negativas acerca dos anarquistas ganharam mais uma arena, no caso, a científica. Coube à pena de Cândido Motta, em uma dissertação apresentada em concurso realizado na Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1897, traçar similitudes entre as características físicas de anarquistas e aquelas pertencentes a tipos de criminosos. O indicador escolhido pelo acadêmico, seguindo os passos da Antropologia Criminal de Cesare Lombroso, foi o formato da caixa craniana (RAGO, 1984).

Esse quadro interpretativo dominante a respeito do ativismo anarquista, associado ao novo padrão do estado repressor, foi o responsável pela elaboração da estratégia de reação das autoridades públicas ao movimento. Essa estratégia se estruturou sobre um tripé: monitoramento, vigilância e controle. Tais táticas foram empregadas, com diferentes graus de sucesso, para acompanhar desde a entrada do ativista imigrante no país até sua rotina local nos centros, nas publica-

teres maleáveis, em consciências puídas nas obscuras vielas dos terríveis antros em que a fome e a prostituição desafogam suas misérias com blasfêmias inconcebíveis, com gritos de desespero, com rugidos irracionais, e pregado insistentemente, com aplauso das massas desocupadas e algum tanto oprimidas, por indivíduos insinuantes, mas de mediano talento e de medíocre instrução, cuja índole destruidora e sentimentos ignóbeis os tornam verdadeiras aberrações morais, levou o desassossego e o receio aos Governos do Velho Mundo” (*apud* LEAL, 2006, p. 97).

ções e nas manifestações públicas, apontando assim para uma criminalização do movimento (LEAL, 2010). Todavia, não impediram que ativistas anarquistas se posicionassem publicamente a partir de formas de ação altamente visíveis.

Ações públicas anarquistas

Entre os anos de 1892 e 1908, os grupos anarquistas foram responsáveis diretos pela realização de pelo menos 37 demonstrações públicas e nove ações sediciosas no território municipal de São Paulo (GODOY, 2013). Esses atos ocorreram tanto em espaços abertos como em recintos fechados, e contaram com temas diversos, versando sobre assuntos afetos à cultura anárquica (Comuna de Paris, Primeiro de

Maio, Mártires de Chicago e atos de solidariedade internacional) tanto como a assuntos relacionados ao cotidiano da cidade (violência policial, perseguição política e más condições de trabalho). O quadro a seguir sintetiza os seus tipos, a partir de levantamento realizado por meio de consulta aos jornais anarquistas do período de referência.

Verifica-se que, entre as demonstrações públicas, a forma de ação mais recorrentemente empregada foi a conferência. As conferências eram pautadas por temas estritamente ligados ao campo socialista, tais como a luta de classes, as relações entre capital e trabalho e as diferenças estratégicas entre anarquistas e socialistas democráticos. A partir de 1901 houve uma verdadeira substituição das manifestações de

Categoria	Tipo	Frequência
Demonstrações públicas	Conferências públicas	17
	Manifestações de rua	7
	Festas comemorativas	7
	Comícios	6
Ações sediciosas	Boicotes	6
	Colagem de cartazes	1
	Chuva de boletins	1
	Pichações	1

QUADRO 1. Formas de ação pública do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908). Fonte: GODOY, 2013.

“Por ruas e largos desta capital...”

rua por essas “conferências públicas” em locais fechados, até que, em 1904, os atos públicos finalmente cessaram, sendo retomados somente após 1908.

Entre os anos de 1898 e 1900 foram realizadas seis das sete manifestações de rua identificadas. As manifestações de rua ocorreram em bairros centrais da capital paulistana (Consolação, Largo da Luz e Largo da República), ao passo que os eventos em locais fechados, como as conferências, comícios e as festas comemorativas, ocorreram nos bairros operários segregados do Brás, do Bom Retiro e do Cambuci.

Já entre as ações sediciosas, que tiveram como orientação um enfrentamento disruptivo da ordem republicana, teve maior representatividade o boicote. Adotados como prática do movimento em São Paulo somente a partir de maio de 1902, os boicotes foram dirigidos aos produtos de duas fábricas de chapéus (Matanò Serricchio & Cia e Fábrica de Diodato Lemmel) e, mais tarde, em 1907, foram promovidos no contexto da generalização das greves operárias (em abril contra a fábrica João Adolfo, a partir de setembro contra a Fábrica Matarazzo e em outubro contra o jornal *Il Secolo*).

Uma leitura mais qualitativa de alguns desses episódios esclarece a dinâmica geral da interação entre ação anarquista e ação repressiva. Dois deles são particularmente significativos,

até porque cada um é, respectivamente, ilustrativo da tática de ação sediciosa e da tática de manifestação de rua. Em ordem cronológica, a “chuva de boletins” de 1895, acompanhada da intervenção urbana de colagem de cartazes, e as passeatas decorrentes do assassinato de Polinice Mattei, a partir de 1898.

Uma chuva no teatro

17 de março de 1895. Um domingo à noite. Na cidade de São Paulo, durante a exibição do segundo ato da peça “*Rigoletto*”, no Teatro São José, localizado no então Largo de São Gonçalo, os espectadores se viram surpreendidos por uma chuva de boletins atirados das galerias. Os boletins celebravam o vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris. Pôsteres com o mesmo motivo, datados de 18 de março e escritos em português, foram afixados nas paredes e portas da Avenida Paulista, do bairro Ponte Grande e demais arrabaldes, nos dias 16 e 17 de março. O periódico *L'Avvenire* publicou em sua edição do dia 17 um manifesto com o texto dos pôsteres, dessa feita redigido em italiano. O material rememorava os eventos de 1871 em Paris, destacando a luta do exército popular contra o regime republicano, que não teria posto fim às injustiças sociais. A proclamação da Comuna como prenúncio de

uma nova ordem social e a extrema violência com que foi reprimida pelos defensores da velha ordem foram os assuntos principais do texto. Ao final, o tom lúgubre assumido pela lembrança das vítimas da repressão foi equilibrado pelo otimismo relacionado ao avanço das ideias socialistas anárquicas e à inevitabilidade da redenção social dos trabalhadores. O pôster e o manifesto vinham assinados: “*Os Anarquistas*”/”*Gli anarchici*”. No dia 18 de março, dez pessoas foram presas pelas ações. Luciano Campagnoli e Attilio Venturi foram detidos pelos agentes de segurança às 3 horas da madrugada, no momento em que afixavam pôsteres em paredes de edificações da Rua da Estação. Poucas horas depois, foi a vez de Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani, Tito Bene, Rufino Pelegrini, Luiz Miseralli, Carmo Terra Nova, Andrea Allemos e Arturo Campagnoli, irmão de Luciano⁶. Os policiais realizaram uma busca na residência de Arturo, no bairro do Brás. Nessa diligência foram encontrados materiais de propaganda (300 exemplares do jornal *L'Avvenire* e cópias dos boletins distribuídos), uma grande quantidade de correspondên-

⁶ Giuseppe Consorti havia sido redator do *L'Asino Umano*. Na ocasião, ele e Lodovico Tavani eram redatores do *L'Avvenire*. Foi apurado posteriormente pelo inquérito policial que Consorti e Arturo Campagnoli foram os responsáveis pela inusitada chuva de boletins em um recinto fechado. cf. FELICI, 1994.

cias com anarquistas da Europa e de Buenos Aires e papéis - inclusive lista de sócios - referentes ao *Centro Socialista Internazionale*. No mesmo mês, Andrea Allemos, Arturo Campagnoli, Attilio Venturi, Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani e Luciano Campagnoli foram conduzidos à Cadeia Pública de São Paulo. Em abril, juntaram-se a eles Julio Reggiani, Giuseppe Languette e Felice Vezzani. Em agosto, Luciano, Attilio e Languette deixaram a cadeia. Os três foram conduzidos para Santos e embarcaram para Buenos Aires no vapor *Bretagne*. Julio Reggiani tomou o mesmo rumo, quando foi embarcado no vapor *Bearn* em 5 de setembro de 1895. Aos demais, foi reservada a deportação para a Itália. Contudo, ao resistirem, em Santos, ao embarque para Gênova, conseguiram comutar o destino. Arturo Campagnoli, Andrea Allemos, Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani e Felice Vezzani subiram a bordo do vapor *Victoria*, em direção a Montevideu, em 24 de agosto de 1895.

É suficiente sublinhar que a riqueza desse episódio para a análise aqui efetuada reside em seus personagens, nos locais, nas ações e nos resultados que engloba. Observa-se a participação unânime de ativistas italianos. Sobre a maior parte deles existem poucas ou nulas informações biográficas. A respeito de alguns, todavia, as informações disponíveis dão conta de que

detinham trajetórias diversas de ativismo. Já socializados no anarquismo, ou vieram diretamente de seu país de origem – os irmãos Campagnoli –, ou circularam por outros países da América do Sul antes de desembarcarem em São Paulo – caso de Galileo Botti e sua estada na Argentina. Ou, embora originalmente adeptos de outra posição política em sua terra natal, aqui consolidaram uma posição anarquista – caso do ex socialista Felice Vezzani.

Todos os ativistas citados eram do sexo masculino. Entre as ocupações dos participantes que puderam ser aferidas encontraram-se, por exemplo, as de operário (Giuseppe Consorti e Serafino Suppo), tipógrafo (Eugenio Gastaldetti), pintor e decorador (Felice Vezzani), ourives (Arturo Campagnoli), fabricante de licores (Galileo Botti), sitiante (Luciano Campagnoli) e chapeleiro (Lodovico Tavani).

O episódio evidencia a internalização de celebrações internacionais relativas ao universo anarquista e operário do final do século XIX. Expressa uma tentativa de inserção, no nível local, do calendário de protestos globais desses movimentos. O que evoca é a rebelião popular contra o capital e as autoridades políticas. A efetivação desse ato em 1895 indica um esforço para enxertar determinada cultura de ativismo e de contestação no universo das classes dominadas.

O local e as condições nas quais ocorreram o ato também são importantes. O Teatro São José, à época, não era especialmente frequentado pelas classes populares. Nem, tampouco, lugar de frequência exclusiva das classes altas. Inaugurado em 1864, funcionou até 1898, quando foi consumido por um incêndio. Originalmente concebido como um símbolo da pujança cultural da capital paulista, tinha uma planta arquitetônica requintada, com corredores amplos – embora de terra batida –, tribuna e camarotes para o público e camarins e guarda-roupas para os artistas. Comportava 1.200 espectadores – quatrocentos assentos só na plateia. Como casa de espetáculos, recebia companhias teatrais portuguesas e italianas. Essas últimas começaram a se apresentar em São Paulo justamente nesse teatro e no ano da chuva de boletins anarquistas. Em 1895, a temporada incluiu as companhias portuguesas “Theatro Apollo” e “Ismênia dos Santos” e as companhias italianas “di Ermete Novelli” e “Gustavo Modena”. No entanto, o local já havia sido palco de performances políticas, tais como agitações abolicionistas e republicanas e comemorações cívicas monarquistas ou do regime sucedâneo. Seja como for, era ainda o teatro de maior importância da cidade (Veneziano, 2006; Silva & Rigolon, 2010).

O teatro se tornou, ao longo dos

anos, espaço privilegiado para as atividades anarquistas, mormente os comícios e as conferências públicas. Mas também as ruas. No episódio em tela, as paredes foram utilizadas como espaço de comunicação com o público: na Avenida Paulista, como suporte do que poderia ser visto como ameaça; no bairro da Ponte Grande, o mesmo manifesto, em outras paredes, deteve as funções de inflamar, de convencer, de arregimentar.

Por sua vez, os agentes de segurança atuaram como polícia política. As atividades dos “secretas” haviam sido formalizadas e legalizadas pela reorganização da Secretaria de Polícia, convertida em Repartição Central da Polícia por decreto no derradeiro dia de 1891⁷. Sob a responsabilidade direta do chefe de polícia, essa força era um dos pilares responsáveis pela política de prevenção aos crimes e contrações de toda ordem (FONSECA, 1997).

Finalmente, o desfecho. Foram detidos e deportados suspeitos acusados especificamente de práticas anarquistas. A efetivação de ações policiais - tanto preventivas como punitivas - em face das ações públicas do movimento anarquista vinha na esteira do mesmo

tipo de práticas adotadas em países da Europa e da América do Sul nos anos 1890⁸.

Polinice Mattei

Em 20 de setembro de 1898, a comemoração do “XX Settembre” pela colônia italiana ocorreu nas ruas da cidade. Um grande cortejo foi organizado por várias entidades da colônia italiana – *Unione Meridionale do Bom Retiro*, *Sociedade Dante Alighieri*, *Sociedade Galileo Galilei*, *Loja Maçônica “Giuseppe Petroni”*, *Societa de Beneficenza “Vittorio Emanuele II”*, *Lega Lombarda*, entre outras. A multidão encontrou-se no Jardim da Luz, às 11 horas da manhã. Às 13h30 o cortejo iniciou o trajeto até o Jardim do Palácio, quando a multidão se deteve e as autoridades políticas e pessoas de prestígio da colônia foram recepcionadas pelo presidente do estado, Peixoto Gomide, e sua comitiva. A banda de música *Umberto I* iniciou o cerimonial tocando o hino nacional italiano, após

7 Decreto nº 9, de 31 de dezembro de 1891, regulamentado pelos decretos nº 13, de 20 de janeiro de 1892, e nº 121, de 29 de outubro de 1892.

8 Foi uma tônica constante durante o final do século XIX e início do século XX o, digamos, incentivo adicional e compulsório à mobilidade de ativistas de movimentos sociais, em decorrência das ações de expulsão ou deportação de territórios nacionais. Há mesmo um intercâmbio constante de deportados entre países como Argentina, Brasil, Uruguai, Itália, Espanha e Portugal - não sem gerar, às vezes, rusgas diplomáticas. Cf. TURCATO, 2007; SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009.

o que cada uma das entidades presentes pode desfilar no Jardim do Palácio. Findada a cerimônia, o cortejo de cerca de 10.000 pessoas partiu em direção ao consultado italiano. Na Praça da República, de acordo com o *Correio Paulistano*, o cortejo deparou-se com “um grupo composto de umas dez ou doze pessoas, todas muito agitadas e inquietas”. Entre elas, anarquistas e socialistas – Estevam Estrella à frente. Esse grupo teria iniciado uma provocação contra o cortejo, que continuou com seu desfile. Os gritos, no entanto, “continuavam terríveis, com gestos ameaçadores” (“Incidentes desagradáveis”. *Correio Paulistano*, nº 12.619, de 21/09/1898). Os sócios da *Unione Meridionale do Bom Retiro* reagiram às provocações a tiros, acompanhados pela cavalaria da brigada policial. Após a dispersão do grupo, o cortejo continuou seu trajeto até o consultado italiano. À frente do consulado, encontrou alguns integrantes de uma contramanifestação que havia sido organizada por anarquistas e socialistas democráticos. Seus integrantes condenaram o patriotismo e recordaram os “massacres de Milão” ocorridos naquele ano. Novo enfrentamento, com tiros disparados. Os manifestantes foram perseguidos por um grupo de cerca de trezentas pessoas, acompanhadas pela polícia. No Largo do Arouche, um manifestante foi apanha-

do e espancado pela multidão. Mesmo sob custódia policial, “continuou a ser agredido com bengalas, cacetes e guarda-chuvas” (*Idem, Ibid.*). Na confusão, foram disparados tiros, um deles atingindo a cabeça do manifestante, que foi conduzido até a Santa Casa. Dois dias depois, Polinice Mattei faleceu em decorrência dos ferimentos.

A morte de Polinice Mattei – operário anarquista morador do Brás, que havia participado da festa comemorativa do Primeiro de Maio naquele ano declamando a poesia “*Il Galeotto*” (“O condenado”) – foi o que mobilizou os anarquistas em suas manifestações de rua até 1900. Impedidos de realizar um cortejo fúnebre – foi a polícia que transportou o corpo da Santa Casa ao cemitério -, anarquistas e socialistas realizaram uma passeata no dia 22 de setembro de 1898. Partindo do Largo de São Francisco em direção ao Cemitério do Araçá, os manifestantes carregaram flores e reclamaram o corpo, acompanhados de perto pela cavalaria. Depositaram as flores diante do túmulo e puseram-se a discursar, sob a vigilância do esquadrão policial.

No mesmo ano, os anarquistas e socialistas programaram uma “Comemorazione di Polinice Mattei” para o dia 11 de novembro, data reservada aos Mártires de Chicago. A comemoração foi reagendada para o domingo, dia 14, pois muitos trabalhadores não

poderiam comparecer durante a semana. Saindo da Praça da República às 14h30 de um dia chuvoso, o cortejo – “tendo à frente a bandeira negra dos socialistas-anarquistas” – dirigiu-se ao Cemitério do Araçá. Participaram do evento grupos anarquistas, socialistas democráticos e associações sindicais. Diante da sepultura de Mattei, os presentes depositaram coroas de flores e alguns dentre eles discursaram em memória “do primeiro mártir da questão social no Brasil”, no dizer do socialista Estevam Estrella (“La nostra manifestazione”. *Il Risveglio*, 20/11/1898).

Cortejos e passeatas em homenagem a Mattei se repetiram em 20 de setembro de 1899 e em 11 de novembro de 1900. Depois disso, seguidamente o personagem foi lembrado nos periódicos nessas duas datas como “o primeiro mártir da questão social no Brasil”, ou “o primeiro mártir do Ideal no Brasil”.

As homenagens a Mattei constituem um caso de reinvestimento simbólico. Sua morte foi reapropriada pelo movimento conjuminando e certificando as ideias de martírio (11 de novembro, data já recordada como a dos Mártires de Chicago), de antipatriotismo (20 de setembro) e o quadro da “questão social”, recuperado nos panegíricos constantes nos periódicos anarquistas produzidos no Brasil a partir de então.

Conclusão

Na época de sua formação, o movimento anarquista em São Paulo não somente envidou esforços em atividades organizacionais e de proselitismo, como também pontualmente fez uso de atos públicos.

As “ações de visibilidade” foram realizadas tanto em espaços abertos como fechados. As demonstrações públicas ocuparam lugares diferentes da cidade conforme o seu tipo. As manifestações de rua ocorreram em regiões centrais da cidade, naqueles espaços públicos de alta visibilidade e disputados quanto ao seu uso, ao passo que as conferências e festas comemorativas apresentaram a tendência a serem realizadas nos bairros segregados da cidade, reservados às classes populares pela ordem republicana.

Tais atos públicos foram violentamente reprimidos e seus participantes sofreram perseguição policial e política, que resultaram em deportações ou mesmo em morte. Por um lado, isso explica em parte o reduzido número de atos públicos conduzidos pelos grupos anarquistas no período, e sua opção por táticas de ação mais voltadas à esfera de organização. Por outro lado, expõe o grau de coragem contido na decisão de confrontação pública direta contra o Estado e as classes dominantes naquela quadra histórica.

“Por ruas e largos desta capital...”

Referências

Jornais e periódicos

Correio Paulistano (1891-1893)

Palestra Social (1900-1901)

Il Risveglio (1898-1899)

Sites

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística do Século XX. Disponível em : < http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm > Acessado em 14 de fevereiro de 2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm > Acessado em 7 de outubro de 2012.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, “que promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brazil”. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 9 de outubro de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 9, de 31 de dezembro de 1891. Dispõe sobre a reorganização da secretaria de

polícia deste Estado. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1891/decreto%20n.9,%20de%2031.12.1891.htm> > Acessado em 25 de março de 2013.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 121, de 29 de outubro de 1892. Manda observar com alteração de varias disposições, o regulamento da Repartição Central da Policia do Estado, que baixou com o decreto n. 13, de 20 de Janeiro do corrente ano. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto%20n.121,%20de%2029.10.1892.htm> > Acessado em 25 de março de 2013.

Bibliografia consultada

BLAY, Eva (1985). **Eu não tenho onde morar:** vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel.

CARONE, Edgad. (1974). **A República Velha** (evolução política). São Paulo, Difusão Europeia do Livro.

FELICI, Isabelle. (1994). **Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920.** Thèse de Doctorat (Nouveau doctorat): Études italiennes, dir. Mario Fusco, co-dir. Jean-Charles Vegliante. Université de la Sorbonne nouvelle-PARIS 3 : 1994. [S.l.] : [s.n.].

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. (1977). A Força Pública do Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris (org).

(1977). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano - sociedade e instituições (1889-1930)**. Tomo III, Vol. 2, Livro Primeiro (Movimentos Sociais e Sociedade). Rio de Janeiro: Difel. pp. 235-256.

FLORES, Elio Chaves. (2011). A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs). (2011). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 45-88.

FONSECA, Guido. (1997). O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XCIII.

GODOY, Clayton Peron Franco de. (2013). **Ação direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)**. São Paulo: 249 fls. Tese (Doutorado). FFLCH/USP.

GORDON, Eric Arthur. (1978). **Anarchism in Brazil: theory and practice, 1890-1920**. PHD of Philosophy at Department of History: Tulane University.

HALL, Michael. (2004a). Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e

Terra. Volume 3. pp. 121-151.

HALL, Michael. (2004b). O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 259-290.

HARDMAN, Francisco Foot. (1984). **Nem Pátria, Nem Patrão**. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEAL, Claudia Feirabend Baeta. (2006). **Pensiero e Dinamite**. Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890. Campinas: 308 fls. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP.

_____. (2010). Subversivos Italianos em São Paulo: Vigilância e Controle Policiais nos Anos de 1890. In: Carneiro, Maria Luiza; Croci, Dederico & Franzina, Emilio (orgs.). **História do Trabalho e Histórias da Imigração - Trabalhadores italianos e Sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2010.

LIMA, Mariângela Alves de; VARGAS, Maria Thereza. (1986). Teatro operário em São Paulo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). (1986). **Liber-tários no Brasil - memórias, lutas, cultura**. São Paulo: Brasiliense. pp.

162-250.

LOPREATO, Christina Roquette. (2003). O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. **Verve** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade Libertária. São Paulo, nº 3, Abr.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. (1984). **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional - 1900/1920**. São Carlos: 341 fls. Tese (Doutorado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP.

MARAM, Sheldon. (1979). **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARTINS, José de Souza. (2004). O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 153-213.

MORSE, Richard M. (1970). **Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

MUNHOZ, Sidnei.(1997). **Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX**. Tese (Doutorado). 291 págs. São Paulo: Departamento de História. FFLCH-USP.

PAULA, Amir El Hakim de. (2005).

Os operários pedem passagem! - A geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917). São Paulo: 164 fls. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. FFLCH/USP.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. (1994). **Cotidiano e Sobrevivência**. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo, Edusp.

QUEIROZ, Suely Robles de. (2004). Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 15-51.

RAGO, Luzia Margareth. (1984). **Sem fé, sem lei, sem rei: Liberalismo e experiência anarquista na República**. Campinas: 328 fls. Dissertação (mestrado). Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP.

ROLNIK, Raquel. (1988). São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lucio. (ORG.). (1988). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.. pp. 95-112.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. (2009). **Black Flame: The revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland/

Edinburgh: AK Press

SEIXAS, Jacy. (1982). **Mémoire et oubli**. Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme.

TURCATO, Davide. (2007). Italian Anarchism as a transnational movement, 1885-1915. **International Review of Social History**, Vol. 52, N° 3 (Dec.), pp. 407-444.